



DIF BROKER

CÓDIGO DE CONDUTA

TÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 OBJETO

1.1.1 O Código de Conduta (doravante “Código”) visa:

- a. garantir o cumprimento da lei no que respeita aos deveres profissionais que incumbem às empresas de investimento e aos respetivos Colaboradores;
- b. assegurar que, para além de cumprir as regras e deveres que decorrem das disposições legais regulamentares aplicáveis, a atividade da DIF BROKER – Empresa de Investimento, S.A. (“DIF BROKER” ou “Sociedade”) seja prosseguida de acordo com rigorosos princípios éticos e deontológicos e elevados padrões de conduta;
- c. contribuir para a afirmação de uma imagem institucional de excelência, rigor, responsabilidade, qualidade e eficiência.

1.1.2 Sem prejuízo do presente Código, a DIF BROKER e respetivos Colaboradores encontram-se ainda sujeitos ao Código de Conduta do Grupo Banco de Investimento Global, S.A. (BiG”) enquanto empresa do grupo, o qual se encontra disponível no site do BiG através do seguinte link: https://www.big.pt/pdf/Compliance/Codigo_de_Conduta.pdf.

1.2 ÂMBITO DE APLICAÇÃO

1.2.1 Este Código é aplicável à DIF BROKER.

1.2.2 Este Código aplica-se aos respetivos órgãos de administração e de fiscalização e auditores externos; aos titulares de funções essenciais e aos restantes Colaboradores a título permanente ou eventual da DIF BROKER, todos, em conjunto, adiante designados por “Colaboradores”.

1.2.3 Este Código aplica-se ainda, em tudo o que não lhes seja manifestamente inaplicável em resultado dos serviços que prestam, aos prestadores de serviços da DIF BROKER com os quais esta se relaciona no contexto de qualquer atividade ou função que subcontrate, devendo, no momento da contratação, ser-lhes entregue o Código e recolhida a respetiva declaração de anuência ao mesmo nos termos do número subsequente.

1.2.4 Todas os Colaboradores devem subscrever a sua anuência ao presente Código, seja mediante declaração escrita, seja mediante a declaração “*view document*” na intranet.

TÍTULO II - DEVERES EM GERAL

2.1 DEVER DE INTEGRIDADE E HONESTIDADE

2.1.1 Os Colaboradores pautam o seu desempenho pelos mais elevados padrões de integridade e honestidade pessoal e intelectual, atuando sempre de uma forma competente, diligente e profissional, cumprindo com todas as disposições legais, regulamentares e orientações aplicáveis à respetiva atividade, bem com todas as normas de deontologia profissional prevista no presente Código e em outros códigos de conduta e/ou deontologia específicos que lhe sejam aplicáveis na sua profissão.

2.1.2 Compete ainda aos Colaboradores no exercício das suas funções ou na prestação dos seus serviços:

- a. Observar as práticas de mercado, regendo-se sempre pelas mais rigorosas de entre elas;
- b. Respeitar as normas de conduta e deontológicas aplicáveis à sua profissão;
- c. Comunicar prontamente ao Departamento de *Compliance* ou ao Conselho Fiscal da DIF BROKER quaisquer conflitos de interesses ou a violação de quaisquer deveres que possam comprometer a aplicação do presente Código seja por si, seja, por quaisquer pessoas relativamente às quais tenham qualquer poder de autoridade, direção ou supervisão;
- d. Não aceitar quaisquer liberalidades, nomeadamente, ofertas, presentes, vantagens, empregos, contratos, cargos públicos ou privados ou benefícios de qualquer natureza, em dinheiro ou em espécie para o não cumprimento ou para o cumprimento defeituoso dos seus deveres e princípios de conduta impostos por lei, regulamentos internos ou pelo presente Código de Conduta;
- e. Prestar todas as informações e colaborar de forma construtiva com todas as autoridades com competência para supervisionar a atividade da DIF BROKER e em estrita observância das normas aplicáveis em vigor em cada momento;
- f. Não contactar com a comunicação social e outras entidades externas sem o prévio consentimento do Conselho de Administração, em especial no que concerne a assuntos internos da DIF BROKER, dos seus Colaboradores, clientes ou entidade relacionada. Ficam excluídos os contactos no âmbito da prestação da informação relativa a mercados financeiros ou seguimento de opiniões económicas.

2.1.3 Ficam expressamente proibidas as transações sobre valores mobiliários ou instrumentos, nos casos

e situações seguintes:

- a. Transações sobre valores mobiliários com base em informações de que a DIF BROKER disponha que impliquem ou possam implicar a proibição legal de efetivação dessas transações com base em restrições sobre o uso de informação preferencial ou que possam ser julgados como delitos de iniciados nos termos da lei;
- b. Transações por conta própria ou por conta de qualquer elemento dos respectivos agregados familiares que lesem os interesses da DIF BROKER e/ ou dos seus Clientes;
- c. Operações a título pessoal por conta de outrem.

2.1.4 Os Colaboradores que pretendam executar operações a título pessoal, poderão fazê-lo através de conta aberta em nome próprio junto da DIF BROKER, obrigando-se a cumprir todos os deveres contratualmente acordados ao abrigo do contrato de prestação de serviços de investimento celebrado com a sociedade, ou através de qualquer outro intermediário financeiro da sua escolha, tendo, nesse caso, obrigação de manter em permanência Compliance informado das contas de investimento que detenham em seu nome junto de qualquer intermediário financeiro.

2.1.5 Os Colaboradores deverão tomar as medidas adequadas em cada momento para dar cumprimento ao presente Código e evitar quaisquer práticas ilegais de uso abusivo de informação ou outras que estejam em violação com os regulamentos ou lei em geral e em particular com o Código de Valores Mobiliários ou o Regime das Empresas de Investimento.

2.2 DEVER DE PROIBIDADE

2.2.1 Os Colaboradores devem comportar-se com a maior probidade comercial, abstendo-se de participar em operações ou de praticar atos suscetíveis de pôr em risco a regularidade de funcionamento, a transparência e a credibilidade do mercado de instrumentos financeiros.

2.2.2 Consideram-se suscetíveis de pôr em risco a regularidade de funcionamento, a transparência e a credibilidade do mercado:

- a. A realização de operações imputadas a uma mesma carteira tanto na compra como na venda;
- b. A transferência aparente, simulada ou artificial, de instrumentos financeiros entre diferentes carteiras;
- c. A execução de ordens destinadas a defraudar ou a limitar significativamente os efeitos de leilão, rateio ou outra, forma de atribuição de instrumentos financeiros;
- d. A realização de operações de fomento não registadas na CMVM ou de operações de estabilização

que não sejam efetuadas nas condições legalmente permitidas.

2.2.3 Os Colaboradores da DIF BROKER devem ainda analisar, com especial cuidado e diligência, todas as ordens e transações, com especial destaque para as que possam conduzir às seguintes situações:

- A execução de ordens ou a realização de transações por comitentes com uma posição considerável de compra ou de venda ou que representem uma percentagem considerável do volume diário transacionado sobre determinado instrumento financeiro e que, em função de tais factos, sejam idóneas para produzir alterações significativas no preço desse instrumento financeiro ou de instrumento subjacente ou derivado com ele relacionado;
- A execução de ordens ou a realização de transações concentradas num curto período da sessão de negociação, idóneas para produzir alterações significativas de preços de instrumentos financeiros ou de instrumentos subjacentes ou derivados com eles relacionados, que sejam posteriormente invertidas;
- A execução de ordens ou a realização de transações em momentos sensíveis de formação de preços de referência, de liquidação ou outros preços calculados em momentos determinantes de avaliação e que sejam idóneas para produzir alterações desses preços ou avaliações;
- A execução de ordens que alterem as características normais do livro de ofertas para determinado instrumento financeiro e o cancelamento dessas ofertas antes da sua execução;
- A execução de ordens ou a realização de transações antecedidas ou seguidas de divulgação de informação falsa, incompleta, exagerada, tendenciosa ou enganosa pelos comitentes, pelos beneficiários económicos das transações ou por pessoas com eles relacionados;
- A execução de ordens ou a realização de transações antecedidas ou seguidas da elaboração ou divulgação de estudos ou recomendações de investimento contendo informação falsa, incompleta, exagerada, tendenciosa, enganosa ou manifestamente influenciada por um interesse significativo, quando os comitentes, os beneficiários económicos das transações ou pessoas com eles relacionados tenham participado na elaboração ou divulgação de tais estudos ou recomendações.

2.2.4. O controlo de operações deve dotar-se dos meios técnicos e humanos necessários para assegurar elevados níveis de competência técnica, controlo e análise tempestiva e eficaz das operações que registem uma atividade com grandes volumes ou suscetíveis de constituírem um qualquer movimento anómalo e contrário à Lei.

2.2.5 Para o efeito do número anterior, o controlo de operações deve produzir um relatório que terá duas vertentes:

- Analisar os Clientes com maiores e menores rentabilidades diárias;

- Analisar os volumes transacionados por instrumento financeiro, identificando qualquer movimento suscetível de ser considerado anômalo.

2.3 DEVER DE LEGALIDADE E COLABORAÇÃO INSTITUCIONAL COM OS SUPERVISORES

2.3.1 A DIF BROKER e os Colaboradores encontram-se obrigados a organizar e desempenhar a sua atividade em cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis, devendo, para o efeito procurar conhecer e seguir, com respeito pelo princípio da proporcionalidade, as boas práticas aplicáveis ao setor em cada momento.

2.3.2 É dever dos Colaboradores promover, aplicar e seguir as políticas, procedimentos e normas internas destinadas a assegurar a aplicação pela DIF BROKER dos ditames legais e regulamentares aplicáveis que assegurem a gestão sã e prudente, com base em organização, avaliação permanente dos riscos, orientação para os interesses dos Clientes, numa lógica de melhoria contínua.

2.3.3 É dever dos Colaboradores colaborar prontamente com as autoridades de supervisão e outras nos termos legais.

2.4 COMUNICAÇÃO DE OPERAÇÕES SUSPEITAS E IRREGULARIDADES

2.4.1 Os Colaboradores devem comunicar internamente nos termos da Política de Participação de Irregularidades em vigor quaisquer práticas irregulares que detetem ou das quais tenham conhecimento ou fundadas suspeitas, de forma a prevenir ou impedir irregularidades que possam provocar danos financeiros ou de imagem da Sociedade ou dos seus Clientes.

2.4.2 A DIF BROKER disponibiliza um canal próprio para a participação de irregularidades que garante o anonimato das participações e a inexistência de consequências negativas associadas ao ato de apresentar participação, nomeadamente, práticas laborais desfavoráveis ou discriminatórias contra os Participantes, nos termos da referida Política de Participação de Irregularidades em vigor.

2.5 DEVER DE COMPETÊNCIA E DILIGÊNCIA

Os Colaboradores devem desempenhar as suas funções, pautados por elevados níveis de competência, organização; de forma eficiente, neutral e em respeito pelos legítimos interesses dos Clientes e da DIF BROKER, atuando sempre com a diligência de um gestor criterioso e prudente, de acordo com a análise,

ponderação e repartição de riscos e recompensadas, abstendo-se de qualquer ação ou omissão que contraria ou que possa colocar em causa os referidos interesses.

2.6 DEVER DE SEGREDO

2.6.1 Os Colaboradores estão obrigados a dever de segredo relativamente a informações que tenham obtido em razão das funções exercidas ou serviços prestados à DIF BROKER.

2.6.2 Em particular, gozam de segredo as informações relativas a clientes, nomeadamente, os respetivos dados pessoais nos termos do Regime Geral da Proteção de Dados em vigor em cada momento.

2.6.3 A divulgação de informação a terceiros carece sempre e sem exceção de autorização escrita e expressa por parte do Cliente e/ou do Órgão de Administração da DIF BROKER ou nos casos previstos na lei.

2.6.7 As consequências da não observância do dever de segredo são:

- A instauração de um processo disciplinar interno; e
- A comunicação da infração às entidades de supervisão.

2.7 DEVER DE LEALDADE

2.7.1 A confiança nos membros dos órgãos sociais e de fiscalização, nos Colaboradores, permanentes ou eventuais e nos auditores da DIF BROKER desempenha um papel imprescindível nas relações de trabalho, em particular considerando a forte componente fiduciária da atividade da DIF BROKER, pelo que é obrigação principal destes cumprir o dever de lealdade.

2.7.2 Entende-se como dever de lealdade o dever de:

- Não concorrência, traduzido na obrigação do colaborador não negociar por contra própria ou alheia em concorrência com a DIF BROKER.
- Confidencialidade relativamente às formas de organização, métodos de negociação e comercialização da DIF BROKER ou informação suscetível de ser reveladora de informação de carácter técnico ou conhecimento específico, comercial, de estruturas de preços, contratos e projetos, planos ou outra que uma vez revelada retire à DIF BROKER o valor económico de cada uma dessas informações.

2.7.3 Em caso de não observância dos deveres de confidencialidade e lealdade acima identificados, seja na forma consumada ou tentada, será instaurado um processo disciplinar interno ao colaborador que

tenha falhado no cumprimento deste dever e a todos os outros que, tomando conhecimento dos factos, tenham facilitado tal atuação.

2.8 CONFLITO DE DEVERES OU DE INTERESSES

2.8.1. No desempenho das suas funções, os Colaboradores devem cumprir as regras legais, regulamentares e internas aplicáveis, não sacrificando tal cumprimento à satisfação ilegítima do seu interesse próprio ou de terceiros.

2.8.2 Os Colaboradores devem comunicar imediatamente à sua hierarquia qualquer situação suscetível de provocar conflito de deveres ou de interesses que possam colocar em causa o cumprimento de qualquer uma das normas do presente Código, nos termos previstos da Política de Prevenção, Comunicação e Sanação de Conflitos de Interesses em vigor em cada momento.

2.8.3 Quanto não for possível evitar a ocorrência de conflitos de interesses, os mesmos devem ser reportados nos termos da Política de Prevenção, Comunicação e Sanação De Conflitos de Interesses em vigor.

2.8.4 Os conflitos de interesses devem ser resolvidos em igualdade de tratamento sem ser feita qualquer discriminação que não resulte de diferentes direitos e/ou obrigações seja por força de contrato, prioridade de ordens ou em razão da aplicação de qualquer outra força de razão legal ou regulamentar.

2.8.5 Os Colaboradores deverão sempre agir por forma a assegurar aos seus Clientes um tratamento transparente e equitativo, devendo ser dada prevalência prioridade absoluta aos interesses destes em relação aos interesses próprios da DIF BROKER e/ou dos seus Colaboradores.

2.8.6 Cada Departamento da DIF BROKER deve organizar-se e definir os seus processos de modo a respeitar o princípio da segregação de funções, por forma a evitar situações de conflitos de interesses e contribuir para que as mesmas sejam desempenhadas corretamente.

2.8.7 É obrigação da DIF BROKER tomar as medidas necessárias para salvaguardar a segregação de competências e os respetivos processos decisórios.

2.9 DEVER DE ABSTENÇÃO DE DECLARAÇÕES PÚBLICAS

Sem prejuízo da liberdade de expressão e opinião, os Colaboradores devem abster-se de prestar declarações públicas, seja na forma de entrevistas, artigos de opinião ou semelhantes ou participar em qualquer tipo de manifestações em nome ou representação da DIF BROKER que possa envolver ou

vincular a DIF BROKER, sem autorização expressa para efeito dada pelo Conselho de Administração.

2.10 DEVER DE RESPEITO E URBANIDADE

Os Colaboradores têm o dever de respeito e urbanidade para com todos os Colaboradores da DIF BROKER e pessoas que se relacionem com a empresa, nomeadamente Clientes, fornecedores e supervisores e prestadores de serviços.

2.11 HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

2.11.1. A DIF BROKER deve proporcionar todas as condições necessárias para que os seus Colaboradores exerçam a sua atividade profissional em condições de higiene e segurança, nomeadamente:

- a. Garantir uma estrutura interna que assegure as atividades de primeiros socorros, de combate a incêndios e a evacuação de Colaboradores em situações de perigo grave e/ou eminente.
- b. Garantir condições dignas de trabalho a cada colaborador em função das necessidades particulares de cada um e da atividade profissional específica que desenvolvem.

2.11.2 Os Colaboradores da DIF BROKER têm o dever de respeitar as regras básicas de higiene e segurança no trabalho que lhe são inerentes, de forma a evitar colocar em risco a sua integridade física e a dos colegas.

2.12 MEDICINA DO TRABALHO

2.12.1 Ciente da importância do capital humano na gestão de uma empresa, a saúde dos Colaboradores da DIF BROKER é uma preocupação da gestão e nesse sentido são realizados exames de vigilância da saúde, na participação obrigatória em caso de acidente de trabalho ou doença profissional e elaboração dos relatórios.

2.12.2 Na organização das atividades de saúde, designadamente de medicina de trabalho, a DIF BROKER adotou a modalidade de serviços externos prestados por médico de medicina do trabalho.

2.12.3 No sentido de conferir todos os direitos e o melhor possível à grávida, é dever desta comunicar, logo que seja possível, o facto à sua hierarquia.

2.12.4. A comunicação referida no número anterior deverá ser feita por escrito e apresentado atestado médico que comprove a gravidez.

2.13 COMUNICAÇÃO DE INCIDENTES E ACIDENTES DE TRABALHO

2.13.1 A participação em caso de incidente e acidente de trabalho ou doença profissional é obrigatória.

2.13.2 A participação referida na alínea anterior deverá ser tão imediata quanto possível.

2.13.3 Para efeitos da alínea a) do presente artigo entende como:

- a. Incidente é qualquer episódio ou acontecimento, imprevisto e casual, que altere o estado natural e o desenrolar normal dos acontecimentos sem graves danos ou consequências trágicas.
- b. Acidente é qualquer episódio ou acontecimento imprevisto com consequências trágicas ou danos graves.

2.13.4 Deverá ser mantido um relatório dos incidentes e dos acidentes que todos os anos será analisado pela gestão que implementará procedimentos que considere adequados e necessários para a mitigação ou redução de risco de ocorrência.

2.14 VESTUÁRIO

2.14.1 O vestuário de trabalho é identificador da empresa e deve ser adequado às respetivas funções e ao momento e local onde as mesmas sejam desenvolvidas.

2.14.2 Os Colaboradores em contato com o público deverão ter especial cuidado com o vestuário usado no exercício das suas funções, tendo sempre presente que em cada momento em exercício de funções, são a imagem da DIF BROKER e revelam a sua cultura e costumes empresariais da atividade.

2.15 DEVER DE PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

2.15.1 É dever da DIF BROKER instituir um sistema de proteção de dados pessoais de acordo com o Regulamento Geral de Proteção de Dados e da restante legislação e regulamentação associada em vigor em cada momento.

2.15.2 A DIF BROKER recolhe e mantém apenas os dados pessoais necessários à prossecução dos objetivos que pretende atingir, sem prejuízo do tratamento a que se encontra obrigada em razão das suas obrigações legais.

2.15.3 Todos os Colaboradores estão obrigados ao cumprimento escrupuloso das regras definidas em matéria de proteção de dados.

TÍTULO III - DEVERES EM ESPECIAL

3.1 DEVER DE DEFESA DOS MELHORES INTERESSES DOS CLIENTES

3.1.1 Na sua relação com os Clientes, os Colaboradores têm de agir de forma profissional, honesta e transparente, rejeitando qualquer tratamento preferencial indevido.

3.1.2 Na sua relação com os Clientes, os Colaboradores devem proteger os interesses dos Clientes, o que implica necessariamente (i) o conhecimento e cumprimento das disposições de proteção de consumidores; (ii) a aplicação de um preçário ajustado e transparente; e (iii) nunca atuar por conta do Cliente sem a necessária autorização.

3.1.3 Na sua relação com distribuidores de produtos e serviços, os Colaboradores devem escolher parceiros comerciais que sigam regras de conduta equivalentes às enunciadas neste Código.

3.1.4 Os Colaboradores não devem solicitar, receber ou aceitar de Clientes quaisquer liberalidades, benefícios, recompensas, remunerações ou ofertas que excedam um valor meramente simbólico e que, de algum modo, possam ser relacionados com a atividade que os Colaboradores desempenham na Sociedade.

3.1.5 No que respeita às reclamações recebidas, os Colaboradores estão vinculados a seguir a política de tratamento de reclamações da DIF BROKER, lidando com todas as reclamações de forma honesta, transparente e atempada, adotando uma conduta conforme se forem identificados erros.

3.1.6 Quando estabeleçam comunicações com os Clientes, os Colaboradores devem ter presente que estão a atuar em nome a DIF BROKER e que, nessa medida, estão adstritos a assegurar o cumprimento de todos os deveres que decorrem para a mesma enquanto empresa de investimento e a ponderar que a Sociedade pode sofrer consequências relevantes na sequência dessas comunicações.

3.1.7 Os Colaboradores devem pautar todas as suas comunicações com Clientes pelo objetivo de transmitir os valores e cultura organizacional da Sociedade e devem agir com a prudência que é de esperar de uma pessoa de bom senso, devendo reportar sempre à hierarquia as dúvidas que surjam sobre a forma adequada de comunicar.

3.1.8 Todas as comunicações com Clientes devem conter informações objetivas, rigorosas, verídicas, atuais e lícitas, e devem ser feitas de boa-fé, com o propósito de esclarecer adequadamente o Cliente.

3.1.9 Nas comunicações comerciais, os Colaboradores devem assegurar a integridade dos objetivos de

marketing e vendas de produtos e serviços.

3.2 DEVER DE IGUALDADE DE TRATAMENTO

3.2.1 Deve ser assegurada igualdade de tratamento aos Clientes da Sociedade sem qualquer diferenciação entre os mesmos que não resulte de direitos que lhes assistam, nomeadamente, em virtude da natureza ou prioridade temporal das suas ordens e, bem assim, por força de qualquer circunstância de ordem legal e/ou contratual à qual a DIF BROKER esteja adstrita e que implique proceder de forma distinta relativamente a cada um deles.

3.2.2 Caso ocorram conflitos de interesses entre os Clientes, os Colaboradores devem desenvolver as diligências necessárias com vista a solucionar tais conflitos de forma equitativa, sem privilegiar indevidamente qualquer um deles, nos termos da Política de Prevenção, Comunicação e Sanação de Conflitos de Interesses em vigor.

3.3 DEVER DE ABSTENÇÃO DE PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO DE MERCADO

3.3.1 Considera-se manipulação de mercado qualquer prática, comportamento negocial ou informativo, ou interferência não idónea que vise, pela sua qualidade e efeitos, subverter ou criar uma situação artificial capaz de alterar o normal funcionamento do mercado, de qualquer valor mobiliário, produtos derivados ou emitente, nomeadamente quando provoque uma alteração enganadora no equilíbrio normal entre a oferta e a procura com o intuito de alcançar um preço que de outra forma não conseguiria e/ou perturbe a sua transparência e credibilidade.

3.3.2 A manipulação do mercado consubstancia a prática de crime.

3.3.4 Os membros dos órgãos sociais, os trabalhadores, os Colaboradores, permanentes ou eventuais devem abster-se de qualquer prática ou comportamento negocial ou informativo ou de qualquer outra interferência não idónea que possa consubstanciar crime de manipulação de mercado na forma consumada ou tentada, nomeada e precisamente as condutas previstas no art.º 379.º, n.º 1 do CVM.

3.3.5 As condutas referidas no número anterior e previstas no art.º 379.º, n.º 1 do CVM são a divulgação de informações falsas, incompletas, exageradas ou tendenciosas, realização de operações de natureza fictícia e execução de outras práticas fraudulentas que (em qualquer um dos casos) sejam idóneas para alterar artificialmente o regular funcionamento do mercado de valores mobiliários ou de outros instrumentos financeiros.

3.4 DEVER DE DEFESA DO MERCADO

3.4.1 A DIF BROKER e os Colaboradores têm o dever de defesa do mercado.

3.4.2 O dever de defesa do mercado constitui a DIF BROKER no dever de comunicação de operações suspeitas às autoridades competentes das situações de que tome conhecimento e que possam vir a ser qualificados como crime contra o mercado de valores mobiliários.

3.4.3 O disposto do número anterior aplica-se a qualquer Colaborador.

3.5 DEVER DE PREVENÇÃO DE BRANQUEAMENTO DE CAPITALIS E FINANCIAMENTO AO TERRORISMO

3.5.1 Os Colaboradores devem tomar todas as medidas necessárias e legalmente definidas de prevenção e combate ao Branqueamento e Capitais e Financiamento ao Terrorismo (“PBCFT”), nos termos da legislação do setor e das políticas e procedimentos internos da DIF BROKER.

3.5.2 Os princípios e regras estabelecidos pelo regime da prevenção e repressão do branqueamento de capitais e do financiamento ao terrorismo, devem ser observados pelos Colaboradores em todas as atividades que desenvolvam em nome e no âmbito da empresa.

c. Assim, sempre que saibam, suspeitem ou tenham razões suficientes para suspeitar, que teve lugar, ou está em curso, uma operação suscetível de configurar branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, devem informar de imediato, o departamento de *Compliance* ou o Conselho Fiscal da DIF BROKER para que sejam tomadas as medidas adequadas, nomeadamente, proceder à eventual comunicação da operação suspeita às autoridades competentes.

d. A DIF BROKER assegura a definição da Política e procedimentos que são o alicerce do seu sistema interno de Prevenção de branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, os quais, entre outros aspetos, definem a forma pela qual a DIF BROKER assegura o cumprimento dos seus deveres nesta matéria, nomeadamente, os seguintes:

- Dever de identificação;
- Dever de diligência;
- Dever de recusa;
- Dever de conservação;
- Dever de exame;
- Dever de comunicação;

- Dever de abstenção;
- Dever de colaboração;
- Dever de segredo;
- Dever de controlo;
- Dever de formação;
- Dever de Controlo e Operações próprias

3.3 DEVER DE SEGREDO RELATIVO A INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA

3.3.1. Os Colaboradores estão proibidos de transmitir, divulgar ou utilizar informação privilegiada enquanto a mesma não for tornada pública ou mediante autorização expressa das autoridades competentes nos termos legais.

3.3.2 Em especial, é absolutamente proibida a negociação diretamente ou por interposta pessoa de valores mobiliários ou qualquer instrumento financeiro cujo juízo fundamentado sobre o mesmo seja suscetível de ser alterado em resultado da divulgação da referida informação privilegiada.

3.3.3 Para efeitos do presente artigo considera-se informação privilegiada toda aquela informação que tenha carácter preciso e que sendo tornada pública e dando-lhe publicidade seja suscetível influenciar de maneira sensível o preço e alterar o juízo fundamentado sobre os valores mobiliários ou qualquer instrumento, produto ou derivado que tenham como subjacente um valor mobiliário.

3.4 DEVER DE COOPERAÇÃO COM AS AUTORIDADES DE SUPERVISÃO

3.4.1 Os Colaboradores devem prontamente cooperar com as autoridades de supervisão nos termos legais e regulamentares aplicáveis, em estreita relação com o Departamento de Compliance e a administração executiva sempre que tal seja possível.

3.4.2 Os Colaboradores devem ainda cooperar com outras autoridades de supervisão, administração fiscal, autoridades judiciárias ou órgãos da polícia criminal, procedendo sempre com a máxima diligência e dentro das normais legais e em estreita ligação com o compliance e a administração executiva sempre que tal seja possível.

3.4.3 É completamente vedado a qualquer colaborador criar obstáculos, por ação ou omissão, ao exercício de supervisão pelas entidades referidas no ponto um e ponto dois do presente artigo, devendo a informação solicitada pelas mesmas ser prestada de forma tempestiva, verdadeira, atual, objetiva,

rigorosa e transparente.

3.5 DEVER DE COLABORAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

3.5.1 A DIF BROKER encontra-se obrigada a definir, estabelecer e manter um Sistema de Controlo Interno traduzido num conjunto de estratégias, políticas, processos, sistemas e procedimentos com o objetivo de garantir a sustentabilidade a médio e longo prazo e o exercício prudente da sua atividade, tendo em consideração o princípio da proporcionalidade, através:

- a. Do cumprimento dos objetivos estabelecidos no planeamento estratégico, com base na realização eficiente das operações, na utilização eficiente dos recursos da instituição e na salvaguarda dos seus ativos;
- b. Da adequada identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos a que a Sociedade possa estar exposta;
- c. Da existência de informação financeira e não financeira completa, pertinente, fiável e tempestiva;
- d. Da adoção de procedimentos contabilísticos sólidos;
- e. Do cumprimento da legislação, da regulamentação e das orientações aplicáveis à atividade da instituição, emitidas pelas autoridades competentes, do cumprimento dos normativos internos da própria instituição, bem como das normas e usos profissionais e deontológicos e das regras de conduta e de relacionamento com clientes

3.5.2 No sentido de alcançar os objetivos propostos, a DIF BROKER e todos os Colaboradores devem observar elevados padrões de diligência, lealdade e transparência, bem como os ditames da boa-fé, orientando a sua atividade no sentido da proteção dos legítimos interesses dos seus Clientes e da eficiência do mercado nos termos deste Código e restantes Políticas e procedimentos internos;

3.5.3 Cabe ao Conselho de Administração da DIF BROKER zelar, em geral, pelo cumprimento dos princípios e regras constantes neste Código, bem como adotar e implementar as medidas e procedimentos que a cada momento se afigurem adequados à atividade de supervisão e controle. Este órgão é, pois, responsável pela implementação e manutenção de um sistema de controlo interno adequado e eficaz, de acordo com as normas aplicáveis.

3.5.4 Sem prejuízo da responsabilidade do Conselho de Administração, a fiscalização imediata do cumprimento cabe ao superior hierárquico do autor do ato.

3.6 DEVER DE COLABORAÇÃO E RESPEITO PELA CULTURA ORGANIZACIONAL

Os Colaboradores deste Código encontram-se vinculados a colaborar com a DIF BROKER na efetivação de uma cultura organizacional que assegure:

- a. a gestão criteriosa, sã, prudente e sustentada das atividades, com base num Sistema de Controlo Interno adequado e proporcional à natureza das atividades desenvolvidas, dimensão e serviços prestados;
- b. uma conduta profissional responsável e prudente no desempenho das respetivas funções, pautada por elevados padrões de exigência ética consagrados no Código de Conduta;
- c. níveis de confiança e reputação da instituição, quer a nível interno, quer nas relações estabelecidas com clientes, investidores, autoridades de supervisão e outros terceiros;
- d. um ambiente de controlo que valoriza o controlo interno como um elemento essencial para a resiliência e o bom desempenho no longo prazo que dê prevalência aos interesses dos Clientes;
- e. A avaliação dos riscos como critério básico de decisão e atuação numa lógica de prevenção e atuação prudente;
- f. Acompanhamento constante das normas em vigor aplicáveis e das orientações das autoridades de supervisão.

3.7 DEVER DE GESTÃO DO RISCO

3.7.1 É dever da DIF BROKER instituir um sistema de gestão de riscos que permita identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos para a Sociedade.

3.7.2 É dever dos Colaboradores colaborar efetivamente para a implementação do sistema de gestão de riscos adotados e comunicado pela DIF BROKER.

3.7.3. É dever dos Colaboradores atuar de acordo com os níveis de tolerância ao risco definidos pela DIF BROKER e tomar todas as medidas necessárias a prevenir, mitigar ou corrigir quaisquer situações de risco detetadas, de acordo com os procedimentos em vigor.

3.8 PROTEÇÃO E SEGREGAÇÃO PATRIMONIAL

3.8.1 É dever da DIF BROKER assegurar a proteção e segregação dos ativos dos Clientes que estejam confiados à DIF BROKER, seja em contas de gestão ou custódia, através da adoção das políticas, procedimentos e práticas necessárias ao efeito.

3.8.2 Os Colaboradores estão vinculados ao escrupuloso respeito pelas regras de segregação patrimonial definidas internamente, em particular na Política de Salvaguarda de Bens de Clientes em vigor em cada momento.

3.9 ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS DE DOCUMENTAÇÃO E SUPORTES DE INFORMAÇÃO

3.9.1 É dever da DIF BROKER Implementar as ferramentas e sistemas informáticos necessários à obtenção, produção e tratamento de informação que permitam apoiar a tomada de decisões pelo órgão de administração e demais membros da direção de topo e o exercício das funções do órgão de fiscalização, de forma a permitir o cumprimento das obrigações da instituição perante terceiros, incluindo as obrigações de reporte às autoridades de supervisão e que assegurem uma visão completa e íntegra sobre:

- a. A situação financeira da instituição;
- b. O desenvolvimento das suas atividades;
- c. A execução da estratégia e o cumprimento dos objetivos definidos;
- d. O perfil de risco global da instituição, em termos agregados e detalhados por risco;
- e. O comportamento, evolução e perfil de risco do(s) mercado(s) onde a instituição está inserida.

3.9.2 Os Colaboradores no exercício das funções devem garantir uma correta organização dos arquivos de documentação e suportes de informação, para que os mesmos possam ser facilmente acedidos e manuseados, em particular devem abster-se de tentar aceder a informação para a qual não lhes tenham sido dados acessos.

3.10. DEVER DE FORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO

3.10.1 É dever da DIF BROKER divulgar junto dos Colaboradores informação atualizada e permanentemente acessível sobre os princípios fundamentais do sistema de controlo interno, bem como sobre as normas e procedimentos instrumentais para a sua execução

3.10.2 É ainda dever da DIF BROKER assegurar as ações de formação necessárias à manutenção de uma cultura de cumprimento adequada de acordo com planos anuais de formação devidamente aprovados

pelo Conselho de Administração.

3.10.3 É dever dos Colaboradores conhecer atempada e devidamente os documentos e informações divulgados pela DIF BROKER e participar proactivamente nas ações de formação que lhes são proporcionadas, colaborando antecipadamente na definição do plano de formação anual, nomeadamente, pela pronta identificação das necessidades de formação.

3.11 SUSTENTABILIDADE

3.11 É dever de todos os Colaboradores contribuir para que a DIF BROKER se desenvolva de forma sustentada e no longo prazo, garantido assim a sua continuidade.

3.11.2 O desenvolvimento sustentado da DIF BROKER pressupõe um controlo interno com elevado enfoque na rendibilidade e perpetuidade da DIF BROKER, nomeadamente tendo em conta que esta tenha um desempenho eficiente e rentável da atividade no médio e no longo prazo, para o qual todos os Colaboradores devem contribuir, sem prejuízo do primado dos interesses dos clientes.

3.11.3 É dever da DIF BROKER dar a conhecer os compromissos estabelecidos e abordagem por si realizada em termos de investimento responsável, no âmbito da promoção do investimento sustentável, da sua abordagem aos riscos da sustentabilidade e do seu propósito de desenvolver um modelo de negócio eficiente e responsável, tendo presente o quadro regulatório existente e a dimensão, a natureza e estrutura orgânica da DIF BROKER (princípio da proporcionalidade), nomeadamente através da publicidade interna e externa da sua Política de Sustentabilidade em vigor em cada momento.

3.11.4 Os Colaboradores estão sujeitos à observância dos princípios, valores e regras de deontologia, ética e de conduta profissional que traduzem os princípios fundamentais orientadores da atividade da DIF BROKER de modo a prevenir e mitigar os riscos relativos aos fatores ASG.

3.12 RECLAMAÇÕES

3.12.1 Qualquer reclamação, seja qual for a sua natureza, deve ser imediatamente reportada de acordo com os procedimentos em vigor assegurando que a mesma terá o encaminhamento e tratamento atempado, justo e adequado.

3.12.2 É dever da DIF BROKER assegurar a manutenção de mecanismos e procedimentos internos adotados no âmbito da apreciação e registo de reclamações, em conformidade com a legislação e regulamentação em vigor.

3.13 INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE

Toda a informação e publicidade da responsabilidade da DIF BROKER deve estar em conformidade com os princípios gerais e com a legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente, as regras de licitude, identificabilidade, clareza, veracidade e objetividade e pautar-se pelo respeito dos direitos do consumidor especialmente aplicável no setor financeiro.

3.14 UTILIZAÇÃO DE RECURSOS, EQUIPAMENTOS, INTERNET E EMAIL

3.14.1 Todos os Colaboradores, sem exceção, devem zelar pela boa conservação dos equipamentos, ferramentas e outros meios de trabalhos colocados à sua disposição ou que aos quais aceda, utilizando-os de forma própria e conveniente tendo sempre em conta a sua gestão eficiente e otimização, evitando o desperdício.

3.14.2 A internet e email poderá ser usada para fins não relacionados com a atividade profissional do trabalhador na DIF BROKER dentro dos limites de bom senso, de forma breve e sempre com carácter excecional.

3.14.3 A tolerância referida no número anterior e relacionada com a utilização da internet e email não pode de forma alguma interferir com a produtividade do colaborador ou com a atividade da DIF BROKER.

3.14.4 As mensagens de correio eletrónico e os acessos à internet destinados ao exercício da atividade profissional na DIF BROKER poderão ser alvo de análise por parte do controlo e/ou auditoria no sentido de responder a exigências legais ou outras de carácter normativo, nomeadamente do presente código.

3.14.5 Cabe aos Colaboradores a eliminação de mensagens recebidas ou enviadas de carácter privado que não queiram que sejam lidos pelo controlo e/ou auditoria no âmbito das ações descritas no ponto anterior.

TÍTULO IV - INFRAÇÃO E ACÇÃO DISCIPLINAR

4.1 ÂMBITO DA INFRAÇÃO DISCIPLINAR

A violação de qualquer uma das normas presentes neste Código é suscetível de constituir infração

disciplinar, sem prejuízo de qualquer outra normal legal, nomeadamente, criminal aplicável.

4.2 AÇÃO DISCIPLINAR

Compete à administração executiva ou quem esta designar o conhecimento e a decisão sobre as infrações ao presente Código.

4.3 REGIME DISCIPLINAR

A infração dos deveres constantes no presente Código será punida, nos termos da lei, consoante o grau de culpa do infrator, gravidade da violação e prejuízo causado à DIF BROKER ou terceiros.

TÍTULO V - FINAL

5.1 APROVAÇÃO, REVISÃO E DIVULGAÇÃO

5.1.1 É da responsabilidade do Conselho de Administração da DIF BROKER a aprovação deste Código, bem como assegurar a revisão periódica do mesmo a realizar, pelo menos a cada dois anos, ou antecipadamente sempre que necessário.

5.1.2 É igualmente responsabilidade do Conselho de Administração da DIF BROKER assegurar a tomada de conhecimento expresso por todos os Colaboradores deste Código, bem como a sua publicação no site da DIF BROKER.

5.2 ENTRADA EM VIGOR E DIVULGAÇÃO

O presente Código entra em vigor na data sua divulgação.